



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

**ATA DA 4º PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS**

2  
3  
4 No nono dia do mês de abril de 2015, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida Borges de  
5 Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta: 1º)  
6 **Atas (Plen. Ord. 2ª de 12-03-15) e Expedientes; 2º) Apresentação do Plano de Trabalho da**  
7 **Subcomissão pelo Fortalecimento do SUS; 3º) Apresentação do Plano Interfederativo de**  
8 **DST/AIDS; 4º) 7ª Conferência Estadual de Saúde: Informes; Comissão Organizadora;**  
9 **Regimento Interno; 5º) Assuntos Gerais. Titulares:** Zilá Cohen, Adão Zanandrea, Alcides  
10 Pozzobon, Carlos Weber, Claudio Augustin, Sonia Pinheiro, Camila Jacques, Célia Chaves, José  
11 Freitas, Viviane Menezes, Odil Gomes, Teresinha Cardoso, Jairo Tessari, Eni Bahia, Luciane Bica,  
12 Eder Pereira, Denise Braga, João Pawlak, Rosemeri Suzin, Alexandra Mendel, Sandra Leon, Luis  
13 Bolzan, José Freitas, Stenio Rodrigues. **Suplentes:** Rafaeli Silva, Maria Soares, Sandra Schmitt,  
14 Tatiane Adamski, Maria Lovani, Mara Lucia, Roberta Moraes. Célia abre a plenária perguntando se  
15 era necessária alguma correção na ata da 2ª plenária, sem nenhuma correção ela põe a aprovação da  
16 ata em votação, a mesma foi aprovada sem contras ou abstenções. Ela apresenta em expedientes  
17 uma nova conselheira Alessandra Maria, que está como substituta da conselheira Nádia na  
18 representação do Conselho Regional de Psicologia, ela informa sobre uma audiência pública sobre o  
19 hospital regional de Santa Maria, convocada pelo deputado Valdeci Oliveira, presidente da  
20 Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, que acontecerá no dia seguinte na  
21 Câmara Municipal de Santa Maria, às 9 horas da manhã. Ela fala que em Porto Alegre no dia 22 de  
22 abril as 10h30min da manhã no Plenarinho, vai acontecer uma audiência, também convocada pelo  
23 deputado, para tratar das questões dos aprovados no concurso da Secretaria Estadual de Saúde,  
24 segundo ela essa audiência é importante para o Conselho Estadual. Ela diz que encaminharam em  
25 fevereiro uma demanda, ligada a questão da saúde mental para a Secretaria Estadual de Saúde, ela  
26 diz que eles perguntam se haveria a manutenção dos incentivos Estaduais nos leitos psiquiátricos  
27 em hospitais gerais, ela diz que receberam o retorno no dia 1 de abril, dizendo que a saúde mental  
28 manterá todas as ações que estavam sendo desenvolvidas, incluindo os incentivos estaduais, e diz  
29 que precisam acompanhar e verificar se isso será processado. Célia passa para o próximo ponto de  
30 pauta que é a apresentação do plano de trabalho da subcomissão pelo fortalecimento do SUS, e  
31 convida o deputado Tarcísio Zimmermann para compor a mesa. O deputado diz que o trabalho a  
32 partir dessa subcomissão, tenta encaminhar algumas iniciativas que fortaleçam a imagem do SUS,  
33 ele diz que essa subcomissão foi aprovada no dia 4 de março, e que ela vai durar até dia 2 de julho,  
34 com o objetivo de proporcionar elementos para um debate em torno do funcionamento do SUS,  
35 especialmente na questão do financiamento, da gestão, da regionalização, do acesso e do controle  
36 social, buscando fortalecer o SUS. Ele diz que pretendem como objetivos específicos, realizar um  
37 diagnóstico participativo do funcionamento do SUS, consultando gestores, trabalhadores da saúde,  
38 usuários do sistema e prestadores de serviço, e querem a partir desse diagnóstico identificar os  
39 avanços e desafios, fazer uma avaliação das estratégias recentes de apoio técnico e financeiro do  
40 Estado e semelhantes, e tentar trabalhar em alguns elementos que possam viabilizar a formulação de  
41 uma política de Estado, no que diz respeito a esse apoio técnico e financeiro. Ele explica na  
42 metodologia, que pretendem promover algumas reuniões públicas nas macrorregiões, com  
43 participação prioritária dos gestores, usuários e trabalhadores na saúde, eles farão o diagnóstico  
44 participativo através da aplicação de um questionário de opinião, e realizarão um seminário  
45 Estadual SUS 25 anos. Ele diz que na aplicação, eles partirão da macro regionalização do Estado, e  
46 concentrarão o esforço no recolhimento da opinião das conselheiras e conselheiros Estaduais e

47 Municipais, mais focado nos 18 municípios e mais 3 municípios de cada macro região, e que eles  
48 atingirão quase 60% da população, ele também diz que teriam um público alvo de  
49 aproximadamente 400 conselheiros. Ele apresenta o questionário, diz que ele é dirigido aos quatro  
50 segmentos, pede informações dos conselheiros no conselho municipal de saúde, ele diz que o  
51 questionário contém um lote de questões que propõem ao conselheiro atribuir uma nota de 0 a 10  
52 para os diferentes serviços oferecidos pelo município, e também perguntas se esses serviços  
53 melhoraram no decorrer dos anos, tais como atenção básica, serviços de atenção hospitalar e outros.  
54 Ele diz que tem um bloco que trata do tema mais médicos e conclui com uma sugestão de que o  
55 conselheiro indique 3 ações que considera mais importante para que o SUS possa avançar e oferecer  
56 um nível de atendimento melhor. Ele diz que pretendem no final desse processo fazer um  
57 documento que ao mesmo tempo afirme o SUS servir como um guia de preocupações do  
58 parlamento ou um diagnóstico de opiniões dos conselheiros. Célia diz que nesse processo de  
59 conferência, também elaboraram um questionário, que é segundo ela é "parecido" com esse  
60 apresentado pelo deputado, e que em uma parte eles não perguntam quais ações de saúde que  
61 faltam, e sim o que está deixando as pessoas doentes em seus municípios, e que pretendem também  
62 levantar esse assunto durante as conferências, e que não vão ter uma opinião isolada dos  
63 conselheiros e sim do conselho em si. Rafaeli diz que acha louvável esse mapeamento da  
64 Assembleia Legislativa em relação à realidade dos conselhos e da saúde do Estado, mas reforça o  
65 que a presidente falou de tomar medidas de prevenção à doença e controlar suas origens e causas,  
66 ele diz que não estão vendo apoio na questão dos agrotóxicos, e em outros projetos relacionados na  
67 área da saúde. Ele conclui que a Assembleia poderia ajudar o Conselho Estadual a fazer as ações  
68 que o conselho aprovou através dos planos de saúde discutidos pelo próprio conselho, e trabalhar na  
69 questão da necessidade e qualidade de saúde do Estado. Claudio diz que a questão essencial do  
70 debate é de transformar o SUS em política do Estado, e que isso exige toda uma legislação. Ele diz  
71 que a participação popular se dá de duas formas, que são os conselhos e as conferências, e que cabe  
72 às conferências definirem as diretrizes da política, e cabe aos conselhos a aprovação dessas  
73 políticas, ele diz que estão em um ano de conferência, e que esse ano vai definir as diretrizes para o  
74 PPA e para o Plano Estadual de Saúde, e que a comissão de saúde contribuiria muito para  
75 transformar a saúde como uma política de Estado se seguir essa legislação. Ele diz que o  
76 questionário que o conselho fez é mais amplo em número de questões, temas e coleta de  
77 informações, ele diz que é necessário usar as respostas desse questionário e fazer um bom proveito  
78 delas na conferência municipal, para ter uma preparação melhor na elaboração de propostas para as  
79 outras conferências. Ele diz que esse seminário que o deputado apresentou pode "atrapalhar" no  
80 processo das conferências. José Hélio diz que tem que dar um andamento nessa lei da Assembleia  
81 que está parada. Zilá diz que ainda não desistiu de ver a lei aprovada, ela pede ao deputado de ver a  
82 possibilidade de que o processo saia de lá, e que ele verifique como procederão as conferências os  
83 questionários, e que já ouviram muitas vezes relataram que farão alguma coisa, e não receberem  
84 respostas. Luís Bolzan diz essa ideia de ter uma nova lei já foi discutida pelo conselho há alguns  
85 anos, e reforça o que alguns conselheiros falaram, diz que o parlamento tem que contribuir com a  
86 população, se "aproximar" mais dela, ele diz que o deputado está convidado para a reunião do  
87 COSEMS na primeira quinta-feira do mês de maio. Sandra Leon diz que não viu nenhuma questão  
88 relacionada à saúde mental no questionário e chama a atenção para este detalhe. Adão diz ao  
89 deputado que eles vêm observando que quando se apresentam os orçamentos de planos, o conselho  
90 não aprova os monólogos, mas a assembleia aprova, e que isso está ocorrendo segundo ele por  
91 questões de interesse dos deputados já eleitos, ele diz acabam se esquecendo dos idosos brasileiros,  
92 e que hoje 71% dos aposentados brasileiros vivem com o salário-mínimo, e o restante perderam  
93 81% de seus benefícios, e que esses idosos junto com pessoas doentes não têm o atendimento  
94 necessário, e que precisam fortalecer o SUS para que essas pessoas "vulneráveis" tenham melhor  
95 atendimento. Eni diz que devem se preocupar de como buscam esses dados dos questionários, para  
96 eles serem reais, ela diz por experiência própria, que se isso não for bem acompanhado e  
97 direcionado, o resultado final não será real. Ela pede ao deputado para que ele seja o "padrinho" da  
98 aprovação dessa nova lei. Odil pede ao deputado mais respeito da Assembleia, e que ele ajude a

99 aprovar essa lei que foi trabalhada e acompanhada, está há mais de dois anos na Assembleia. Eder  
100 diz que com a aprovação do orçamento, faz com que 50% das emendas parlamentares sejam  
101 direcionadas a saúde, e a preocupação deles é que essa emenda não fique 99% para a iniciativa  
102 privada, e que tem que ter uma forma dessas emendas terem uma fiscalização. José Hélio diz que  
103 estão com um problema do PL198 2015, feito por um deputado estadual, e que está para ser  
104 aprovada a qualquer momento, pede ajuda do deputado e do conselho para essa situação, pois a  
105 criminalização pode desconsiderar a prevenção e tratamento HIV. João diz que no questionário está  
106 faltando a equidade da saúde, e que a população rural não foi citada, e segundo ele trabalhadores  
107 rurais estão se movendo para as cidades para se tratar, por que falta saúde no meio rural, e diz que  
108 pela equidade, todos os meios tem que estar juntos. Ele diz que a palavra equidade estará fortemente  
109 presente nas conferências, e também pede ao deputado que aprovem a lei. Stenio diz esse desejo de  
110 mudança da lei já está por quase 15 anos, diz que a representação da Assembleia Legislativa  
111 atualmente não é muito favorável com a participação popular, ele diz que é importante o conselho  
112 ter um representante para acompanhar o seu cotidiano, e que pode ser um interlocutor junto a  
113 diversas instâncias, pois segundo ele várias demandas feitas pelo conselho são represadas pela falta  
114 de um interlocutor. Ele diz que tem agendas importantes junto com a Assembleia Legislativa, e pede  
115 ao deputado que seja o interlocutor nesse processo junto ao conselho e a sociedade de uma forma  
116 geral. Louvani diz que a saúde nos municípios está muito boa, porém ela gostaria que entrasse em  
117 pauta nas conferências a regionalização da saúde, e que muitos municípios trazem todos os dias  
118 seus doentes para a capital, e que isso pode ser feito a nível regional. O deputado diz saber que essa  
119 lei esteve presente na Assembleia, e que ela foi arquivada junto com outras leis que não foram  
120 aprovadas, ele diz que não é fácil alterar uma lei, ele sugere que levem esse tema para a comissão, e  
121 diz que o desafio é encontrar um ponto de acordo para a aprovação da mudança da lei. Ele diz que  
122 em hipótese alguma o trabalho tem a intenção de competir com o trabalho do conselho, ele serve  
123 como um instrumento de convencimento dentro da própria assembleia quanto à importância do SUS  
124 para a sociedade, segundo ele os parlamentares não compreendem o SUS ou não querem  
125 compreender. Ele diz que no questionário não consta o tema da saúde mental, e que reformularão e  
126 vão introduzir o mesmo no questionário, e que se preocuparão para que os dados coletados sejam  
127 reais, e diz que vai ajudar o conselho e também pede ajuda nesse processo. Ele diz que a comissão  
128 está aberta todas as quartas para todos os segmentos, e que o conselho tem seu lugar nele. Luís  
129 Bolzan diz que já estão vivendo um momento de tensão no SUS, ele diz que tiveram a reunião da  
130 SETEC, e que algumas propostas nela deixaram alguns secretários do COSEMS bastante  
131 preocupados, e que uma delas foi a proposta do Estado de diminuir pela metade o financiamento  
132 das portas abertas hospitalares, e que os municípios não deram acordo, diz que houve um  
133 movimento de retrocesso na saúde mental no Estado e fechamento de espaços alugados para  
134 residências terapêuticas. Ele diz houve propostas no GT de atenção básica, composta pelo Estado e  
135 pelos municípios de revogar a política estadual de atenção básica, e diz que o COSEMS não está de  
136 acordo, pois foi uma grande evolução nos últimos anos de financiamento e organização de rede. Ele  
137 diz que foi apresentado e retirado de pauta uma proposta do estado deixar de financiar as UPAs com  
138 o cofinanciamento do Estado. Ele diz ao deputado que precisam da ajuda de deputados de vários  
139 partidos, e que façam algum tipo de contato de interferência junto a secretaria estadual, pois essas  
140 propostas depõem contra o cofinanciamento do SUS, e põem em risco os orçamentos municipais.  
141 Claudio sugere que peguem esses temas para fazer uma audiência pública, no sentido de fazer um  
142 grande debate sobre a saúde pública na assembleia legislativa. Diz que estão em negociação com o  
143 Estado, ele pede "ajuda" para entender algumas colocações que o Estado fez como não reconhecer  
144 que o IOSP deva continuar, mesmo que segundo ele o Estado disse que vai continuar com as  
145 aplicações de 12%. Ele diz que não entende como é que o Estado reduz as aplicações feitas ao  
146 longo do último governo que não chegou nem a 12%. Célia diz que podem aproveitar a etapa das  
147 conferências municipais junto com o funcionamento da subcomissão, já que a etapa das  
148 conferências municipais terminam no dia 15 de julho. Célia agradece a presença do deputado, o  
149 deputado diz que se o conselho aprovar, na semana que vem ele junto com o deputado Valdeci  
150 encaminharão um requerimento de audiência pública para discutir a política de financiamento a

151 saúde do Estado, o conselho aprova a ideia. Célia diz que não será possível discutir sobre o próximo  
152 ponto de pauta, que seria a apresentação do Plano Interfederativo de DST/AIDS, pois os  
153 responsáveis por essa apresentação, não conseguiram comparecer por questões de agendas, mas que  
154 poderão pautar esse assunto na próxima plenária, ou alguma outra futura. Célia avança para o  
155 próximo ponto de pauta que é sobre a conferência, antes ela faz um relato sobre a Plenária  
156 Nacional, que vai ocorrer nos dias 13 e 14 de abril, ela diz que não estarão com a sua delegação  
157 completa, pois só conseguiram preencher 26 das 88 vagas, e que esse número baixo não se deve  
158 pela falta de disponibilidade, mas sim pela falta de condições financeiras dos municípios de alguns  
159 conselheiros. Célia informa que apesar das comissões da conferência estarem incompletas, já estão  
160 se organizando em reuniões no decorrer da semana, e que questões já estão sendo encaminhadas por  
161 parte dessas comissões, ela pede auxílio de conselheiros, pois mesmo que as comissões estejam  
162 funcionando ainda estão incompletas. Claudio diz que todos receberam o regimento da conferência,  
163 ele diz que houve propostas de alterar o texto, mas nenhuma de alterar o conteúdo da mesma, ele  
164 diz que vai passar o regimento, e que está aberto a propostas de alteração de texto ou conteúdo. Ele  
165 diz que no artigo 3º vão preencher de forma adequada os nomes que usaram para as plenárias macro  
166 regionais e a estadual. Ele diz que no artigo 4º alteraram a data da conferência de 18 a 20 de  
167 setembro. Célia informa que na sexta após a última plenária, foram informados que não poderiam  
168 usar a data que tinham aprovado, e que teriam que fazer a conferência na data agora apresentada.  
169 Claudio sugere no artigo 6º, que é referente à tabela, fazer uma pequena alteração mais tarde na  
170 apresentação da mesma. Ele diz que no artigo 7º teve uma sugestão de alterar no texto a palavra  
171 "gratificada", porém segundo ele essa alteração também cria um certo desentendimento, ele sugere  
172 rever texto. Ele diz que o artigo 8º é de extrema importância e tem um conceito que precisa ser  
173 esclarecido, que o conselheiro estadual estaria impedido de participar como delegado da  
174 conferência estadual se não participar como delegado da conferência municipal da sua cidade. Célia  
175 diz que não precisa participar como delegado, que participar dela como convidado já garante esse  
176 direito de delegado na conferência estadual. Eni esclarece que aqui tem as conferências distritais  
177 para algum conselheiro estadual que tiver interesse em participar da municipal como delegado, mas  
178 tem que participar de uma distrital. Célia recoloca o que Eni falou, e diz que quem quiser participar  
179 da conferência estadual como delegado, basta ir um uma municipal como convidado, porém tem  
180 que trazer uma comprovante. Rosemari pergunta se o artigo remete o conselheiro estadual na  
181 condição de convidado. Célia diz que para que os conselheiros estaduais façam jus ao seu direito de  
182 delegado nato na conferência estadual, tem que participar de alguma conferência municipal, pelo  
183 menos, como convidado, ela diz que acham esse processo fundamental. João pergunta se o  
184 convidado vai ter direito a voz e votação na conferência municipal. Célia responde que isso vai  
185 depender do regimento de cada conferência municipal. Claudio diz que usaram o mesmo critério da  
186 conferência nacional para a estadual, na conferência nacional, o convidado tem direito a voz, mas  
187 não a votação. Camila pergunta se é obrigado a participar da conferência distrital para votar na  
188 municipal, ao ser respondida que sim, ela diz que é fundamental que todos os conselheiros  
189 participem da conferência distrital para participar da estadual, para discutir e "mexer" nas propostas  
190 e contribuir. Rafaeli fala sobre uma informação que surgiu de que os conselheiros municipais não  
191 vão poder ser delegados na estadual. Célia diz que qualquer conselheiro, seja ele titular ou suplente,  
192 é delegado nato e não vai concorrer vaga com ninguém na conferência estadual, e que essa etapa de  
193 participação é apenas para garantir esse direito, sem concorrer com ninguém. Terezinha sugere  
194 colocar a explicação da Célia sobre esse artigo e botar por escrito para esclarecer melhor para os  
195 conselheiros e os que não estão presentes na plenária. Célia diz que no artigo 9º, tem uma proposta  
196 de colocar os nomes, mas segundo ela, se deram conta de que nos anteriores só tinham as funções, e  
197 não os nomes, pois eles saem numa portaria, ela propõe botar apenas as funções, para que em caso  
198 de uma troca de membro não precisarem rever o regimento. Claudio diz que no artigo 20 que se  
199 refere aos participantes, explica que os delegados tem direito a voz e voto, os convidados tem  
200 direito a voz, ele diz que participação livre tem que ser cortado do regimento por falta de espaço  
201 físico. Claudio explica que o critério na parte da tabela era que todos os municípios teriam 4  
202 delegados, para garantir a paridade dos segmentos, mas segundo ele isso "explodiu", e ele usou dois

203 critérios fundamentais, a delegação ser de múltiplo de 4, e ter mais delegados que a última. Ele diz  
204 que o número de delegados dos municípios deu 2832, mais os delegados do conselho estadual, os  
205 eleitos pelo conselho estadual e os convidados com participantes deu mais de 3000. Ele diz que  
206 reduziram os delegados eleitos, e reduziram muito os convidados para 10%, e que terão que reduzir  
207 os participantes para 3137 no máximo, que é a capacidade de espaço do Araújo Vianna. Ele lembra  
208 que nem todos os municípios participam da conferência, ele diz que não serão todos os membros do  
209 conselho estadual que participarão das conferências municipais, e que os mesmos serão cortados.  
210 Ele diz que acha necessário não incluir participações livres, e que o critério de participação de  
211 delegados eleitos serão estabelecidos pelos membros do conselho, ele sugere usar o mesmo critério  
212 usado na conferência da saúde do trabalhador. Claudio diz que a primeira tabela tem o número de  
213 delegados municipais, e a segunda tabela os municipais, estaduais, membros do SES, eleitos do  
214 SES, total de delegados, convidados e total de participantes, ele diz que podem colocar participantes  
215 livre, porém tem que tirar convidados ou delegados do SES. Célia lembra que qualquer pessoa pode  
216 participar da etapa municipal e que não existe nenhuma restrição. Claudio diz que a delegação na  
217 etapa nacional, vão separar Porto Alegre da região metropolitana, e que vão usar um critério para  
218 mudar as de coordenadoria para macrorregião, ele diz que se aplicar 4 delegados por coordenadoria,  
219 que são 19, ele "mata" todos os delegados só no critério geográfico, e que com isso botam 8  
220 delegados por macrorregião, e que isso equilibra a coordenadoria. Ele diz que com isso e outros  
221 delegados, eles ficam com 80 delegados, e de forma equilibrada. Claudio diz que na parte dos  
222 suplentes é mais complicada por que o número é quebrado, de 1/3, ele diz que separou usando um  
223 critério político, e que com esse número quebrado não ia dar certo. Ele diz que fez uma composição  
224 para garantir que cada segmento de cada uma das macrorregiões, do conselho ou eleito pelo  
225 conselho para que tenha no mínimo um suplente, ele fez isso para evitar que se um titular não possa  
226 ir, não tenha um suplente como concorrente daquele segmento. Claudio diz que considera como um  
227 critério fundamental de ser eleito pelo SES as pessoas que não são conselheiras que participarem  
228 das comissões. Célia põe em votação os encaminhamentos apresentados, os mesmos foram  
229 aprovados sem contras ou abstenções. Nada mais havendo a tratar, Célia Chaves deu por encerrada  
230 a reunião, da qual eu, Juan Veiga Rodrigues lavrei a presente ata que, após leitura e aprovação, será  
231 assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre, 9 de abril de 2015.

232  
233  
234  
235  
236 Célia Chaves  
237 Presidente do CES/RS

Claudio Augustin  
Vice Presidente do CES/RS

238  
239  
240 Odil Gonçalves Gomes  
241 Coordenador do CES/RS

Ana Maria Valls Atz  
Coordenadora do CES/RS

242  
243 Paulo Humberto Gomes da Silva  
244 Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro  
Coordenador do CES/RS

245  
246  
247 Jairo Francisco Tessari  
248 Coordenador do CES/RS

Francisco Zancan Paz  
Coordenador do CES/RS